

A detail from Raphael's fresco 'The School of Athens'. It depicts Plato, an older man with a white beard and hair, wearing a white robe, pointing his right index finger towards the sky. He is holding a scroll in his left hand. Below him, Aristotle, a younger man with a brown beard and hair, wearing a blue and yellow robe, is gesturing with his right hand palm-down towards the earth. He is also holding a scroll. The background is dark and indistinct.

ANTÓNIO REBELO
MARGARIDA MIRANDA
(COORDS.)

O MUNDO CLÁSSICO E
A UNIVERSALIDADE DOS
SEUS VALORES

HOMENAGEM A NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES

VOLUME II

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

António Manuel Ribeiro Rebelo é Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde lecciona desde 1988. É membro do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tem desenvolvido a sua investigação no âmbito das línguas e literaturas clássicas, e muito particularmente na área da filologia latina medieval. É membro de várias sociedades académicas e científicas, nacionais e internacionais.

Maria Margarida Lopes de Miranda é membro do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos e Prof. Associada da Univ. de Coimbra, onde fez doutoramento e ensina na área da Língua Latina e dos Estudos Clássicos. Tem como principais áreas de investigação as fontes neolatinas do Humanismo Renascentista, nomeadamente a acção cultural e pedagógica dos Jesuítas e a sua produção cultural, literária, artística e filosófica.

ANTÓNIO REBELO
MARGARIDA MIRANDA
(COORDS.)

O MUNDO CLÁSSICO E A UNIVERSALIDADE DOS SEUS VALORES

HOMENAGEM A NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES
VOLUME II

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

TÍTULO TITLE

O MUNDO CLÁSSICO E A UNIVERSALIDADE DOS SEUS VALORES

COORDENADORES EDITORS

António Rebelo

Margarida Miranda

Assistentes Editoriais Editorial Assistants

Daniela Pereira

Leonor Lima

Teresa Nunes

EDITORES PUBLISHERS

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

www.uc.pt/imprensa_uc

Contacto Contact

imprensa@uc.pt

Vendas online Online Sales

<http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Coordenação Editorial Editorial Coordination

Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção Gráfica Graphics

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

Infografia Infographics

Jorge Neves

Impressão e Acabamento Printed by

KDP

ISBN

978-989-26-2033-6

ISBN Digital

978-989-26-2034-3

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2034-3>

CAPA COVER

Raffaello, sibille e angeli

Public domain via Wikimedia Commons



Projeto UID/ELT/00196/2019 - Centro de Estudos
Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

© Novembro 2020

Imprensa da Universidade de Coimbra

Classica Digitalia Universitatis Conimbrigenis

<http://classicadigitalia.uc.pt>

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
da Universidade de Coimbra

HUMANISMO E
RENASCIMENTO NA
CULTURA PORTUGUESA

ÉVORA, ANDRÉ DE RESENDE E OS ANTECEDENTES HUMANISTAS DO PATRIMÓNIO EM PORTUGAL (SÉCS. XV-XVI)

PAULO SIMÕES RODRIGUES

Univ. Évora, CHAIA

ORCID: 0000-0002-9258-2989

psr@uevora.pt

Salvo raras exceções¹, a historiografia portuguesa tem concentrado a investigação acerca da evolução dos conceitos de monumento e património históricos e das práticas que deles decorrem nos séculos XIX e XX², assumindo-os, no essencial, como uma realidade contemporânea, impulsionada pelas profundas transformações que a industrialização e os conflitos militares foram imprimindo à paisagem construída. Deriva esta assunção da fixação das semânticas em causa, de “monumento” e “património” históricos, que ocorreu entre os anos finais do século XVIII e a segunda metade do século XX. Se, segundo Françoise Choay, “a entrada de um neologismo nos léxicos assinala o reconhecimento oficial do objeto material ou mental que ele designa, o de “monumento histórico” aparece pela primeira vez, de facto, nas *Antiquités Nationales* de Aubin-Louis Millin, publicadas em 1790³. No entanto, como também Françoise Choay e outros autores realçaram, a origem da realidade que a categoria de “monumento histórico” oficializou, verbalizando-a, remonta a mais atrás. Choay localiza essa

¹ Constituem-se como exceções a este panorama o texto de Miguel Soromenho e Nuno Vassalo e Silva para o catálogo da exposição *Dar Futuro ao Passado* (Lisboa, 1993), intitulado *Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos*, e o livro *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII* (Lisboa, 2003) de João Carlos Pires Brigola, que corresponde à sua tese de doutoramento.

² Veja-se, a título de exemplo, entre os muitos trabalhos produzidos nesta área temática, os de Lucília Verdelho da Costa – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património* (Lisboa, 1997) e *Alfredo de Andrade (1839-1915). Da pintura à invenção do Património* (Lisboa, 1997), Jorge Custódio et al., *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010* (Lisboa, 2010); Jorge Custódio, «*Renascença*» *Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1ª República* (Lisboa, 2013), Maria Helena Maia, *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)* (Lisboa, 2007), Maria João Baptista Neto, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Batalha* (Lisboa, 1997) e *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais* (Porto, 2001) e Lúcia Maria Cardoso Rosas, *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1846-1935)* (Porto, 1995), Clara Moura Soares, *As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: o sítio, a história e a prática arquitectónica* (Lisboa, 2005).

³ Choay 2000: 23, Babelon Chastel 1994: 71.

origem com precisão no *Quattrocento* italiano, quando, segundo esta autora, as edificações se tornam objetos do saber e são, por esse motivo, preservadas⁴.

Em Portugal, a atribuição da capacidade de transmitir a memória do passado aos bens materiais, de estes serem objetos de conhecimento, isto é a sua categorização como “antiguidades”, também remonta ao século XV. Novamente à semelhança do que acontecia em Itália pela mesma altura, essa valorização começou por se manifestar através de medidas tomadas por administrações régias e religiosas que visaram a preservação dos vestígios materiais da presença romana no território português. Apesar de começarem por ser esporádicas, as medidas em causa decorreram de uma atitude de valorização da matriz cultural e histórica greco-romana e do interesse pela arqueologia e pelo colecionismo dos objetos antigos⁵, surgidos no contexto do humanismo português. Portugal também teve o seu quinhão de eruditos classicistas, cujo gosto pela cultura greco-latina se havia gerado nas amiudadas peregrinações à Terra Santa, que passavam obrigatoriamente pelos grandes centros urbanos italianos, e na frequência assídua, por motivos diplomáticos e jurídicos, da cúria papal em Roma ou Bolonha e, por motivos escolares, das universidades de Siena, Pádua, Pavia e novamente Bolonha, famosas pelo estudo do direito⁶. Protagonistas de uma renovação cultural que pretendia garantir a consolidação da consciência nacional de acordo com as solicitações do mundo civilizado de então, os classicistas portugueses expressavam-se pela leitura e pela tradução de autores clássicos como Aristóteles, Ptolomeu, Tito Lívio, Séneca, Cícero ou Vitrúvio⁷ – sabe-se, por exemplo, que o primeiro duque de Bragança colecionava manuscritos clássicos e epígrafes latinas⁸ – ou pela contratação de humanistas italianos para preceptores e cronistas ao serviço da corte (Mateus de Pisa, Estêvão de Nápoles, Justo Baldino).

O interesse pelos monumentos antigos de Roma, pelas descobertas arqueológicas e pelos *spogli* (fragmentos lapidários, escultóricos ou arquitetónicos retirados das construções antigas) refletiu, a partir do século XV, a valoriza-

⁴ Embora admita que a conservação de objetos do passado pelo seu valor artístico e cultural tem raízes profundas na Antiguidade romana, no gosto pelo colecionismo manifestado desde o século III a.C. Choay 2000: 21-30.

⁵ Soromenho, Silva 1993: 25 e 26.

⁶ A migração de escolares portugueses fora ininterrupta desde o reinado de D. João I. Soares 1993: 285.

⁷ Do tratado de arquitetura de Vitrúvio existia uma cópia da rara *editio princeps* (Roma, 1486? – 1490), segundo um inventário feito em 1500, na biblioteca da Sé de Braga. A primeira referência impressa a esta obra em Portugal surge num diálogo filosófico escrito em 1530-1531 pelo humanista João de Barros. Pelo ano de 1541, Pedro Nunes estaria a trabalhar numa tradução de *De Architectura* de Vitruvius, da qual Poggio Bracciolini tinha descoberto uma cópia na livraria do Mosteiro de Saint-Gall em 1414 ou 1416 e Fra Giocondo fez uma tradução do latim em 1511. Moreira 1995 51, Gomes 2005 146, Ferreira, C. A. 2002: 90.

⁸ Da biblioteca do rei D. Duarte também faziam parte autores clássicos, quer no original, quer em latim. Soares 1993 27.

ção desses vestígios enquanto fontes de conhecimento do passado e meios de conservação da sua memória, como fica evidente pela autorização solicitada pelo rei D. Afonso V à câmara de Évora, a 10 de agosto de 1467, para que um cavaleiro da sua casa, Soeiro Mendes⁹, reintegrasse “duas pedras que estão nos açougues dessa cidade [o antigo templo romano] pera huns antipeitos de huas janellas que faz em suas casas”¹⁰. O monarca justificava este seu pedido argumentando que a residência de Soeiro Mendes daria um acolhimento mais digno às ditas pedras que o templo romano transformado em açougue: “E porque as ditas pedras aproveitam pouco onde estão e as ditas casas foram muyto e ainda he nobreza as cidades verem em elas boas casas taes como as do dito Sueiro Meendes e seu fundamento he as fazer pera nos em elas avermos de pousar”¹¹. O facto do pedido de autorização do rei estar focado em duas pedras específicas e considerar que a sua utilização nas janelas da casa de Soeiro Mendes iria beneficiar aquele edifício sugere que não se tratava de uma simples reutilização de materiais de construção antigos, mas de uma reintegração arquitetónica com a finalidade de os salvar e valorizar.¹² Cerca de 8 anos mais tarde, em 1475, o mesmo D. Afonso V ordenou que as suas tropas protegessem a ponte romana de Alcântara de uma destruição eminente por ordem dos reis Católicos, para impedir a passagem do rei português e evitar que ele chegasse a Plasencia, onde se pretendia casar com D. Joana, filha natural de Henrique IV de Castela e Leão e candidata ao trono destes reinos, no que concorria com sua irmã D. Isabel, a Católica.¹³

A prática da reintegração arquitetónica de materiais antigos como meio de os preservar nos séculos XV e XVI está ainda patente na utilização de uma ins-

⁹ Soeiro Mendes era um conhecido cavaleiro que se havia distinguido na conquista de Alcácer-Ceguer em 1485 e na ocupação da costa africana. Aqui, dirigiu a construção do castelo-feitoria na ilha de Arguim, na Mauritânia, em 1461, sendo por isso recompensado com a nomeação para seu alcaide-mor em 1464 e uma tença de doze escravos em cada ano ou o seu equivalente em ouro. Moreira 1991: 216 e 217.

¹⁰ Recomendava-se o mestre de obras da cidade, Rodrigo Esteves, para as retirar sem prejuízo das paredes do açougue ou templo romano. Viterbo: 306, Pereira: 315 e 316 (doc. XLIX).

¹¹ Viterbo: 306, Pereira: 315 e 316.

¹² Na Roma do Renascimento foi frequente que as velhas estruturas imperiais fornecessem materiais de boa qualidade para a construção de residências de príncipes e cardeais, chegando os contratos de obra a prever, especificamente, a reutilização dos materiais antigos encontrados nos locais de edificação – o passado era literalmente o suporte do presente. O aparecimento desta garantia contratual indica que se estava perante materiais cujo valor abrangia dimensão do simbólico – a nobilitação das novas residências passava pela aplicação de matérias-primas consideradas preciosas pelas suas qualidades físicas intrínsecas e por evocarem os espaços por onde tinham passado imperadores, patrícios, senadores, enfim as personagens emblemáticas da história de Roma. Schnapp 1993: 146, Karmon 2001.

¹³ D. Afonso V chegou a enviar um emissário ao duque de Villahermosa, que chefiava o exército castelhano, para comunicar-lhe que não destruísse a ponte porque ele tinha a zona protegida. Liz Guiral 1988: 36 e 37, Moreira 1991: 214 e 215, Moreira 1995 308 e 309, Gomes 2005 198-216.

crição romana como peitoral no palácio eborense de D. Fernão Martim de Mascarenhas¹⁴ e na ordem do cardeal-infante D. Afonso, enquanto administrador do bispado de Évora, de expor na sua Quinta de Bom Jesus de Valverde, onde tinha depositada uma coleção de lápides, duas placas epígrafias descobertas incorporadas num trecho da muralha da cidade, junto à Igreja de São Vicente:

Acharamse duas outras pedras escriptas de muy boas letras na antiga muralha de Sertorio junto a Igreja de S. Vicente, as quaes fez levar para a Quinta, chamada de Valverde, o Cardeal D. Affonso filho del Rey D. Manoel, Sendo Governador do Bispado de Evora, e querendo per todas as vias enfeitar aquelle mui viçozo retiro; onde ora se vem no pateo dos Paços, assentados sobre bases de mezurada fabrica¹⁵.

Tanto a quinta como a coleção terão ficado na sua posse quando passou a administrar o bispado de Évora, depois da morte de D. Afonso de Portugal em 1522, bispo daquela cidade desde 1485 e proprietário de uma coleção de lápides antigas, reunidas por ele nas suas quintas de Valverde e da Sempre-Noiva, localizadas nos arredores de Évora¹⁶.

Dos três exemplos apresentados podemos concluir que o reaproveitamento de materiais antigos em novas construções podia ser visto, de facto, como uma forma de os proteger. Mostra-o o pedido do rei D. Afonso V à câmara de Évora quando não se limitou a deixar atuar a prática usual na época de utilizar os materiais disponíveis das pré-existências que tinham ficado obsoletas acentuando a valorização que as pedras do templo romano confeririam a uma casa cuja qualidade arquitetónica dava nobreza à cidade e era digna de acolher o próprio soberano – “pera nos em ellas aveamos de pousar”. Por outro lado, a relativa importância que é dada a objetos arqueológicos de pequena dimensão, como deviam ser as pedras em causa, não teria propriamente a ver com um interesse pelo “Antigo” de tal maneira abrangente e exaustivo que até englobaria os seus vestígios mais pequenos e vulgares, mas com a raridade dos testemunhos materiais da romanização, pois Évora, ou qualquer outra cidade portuguesa, não era Roma, onde as ruínas antigas eram tão numerosas que faziam parte da essência da paisagem¹⁷. Finalmente, a conservação destas antiguidades através da sua integração em edifícios de traça “moderna”, isto é gótica¹⁸, como ainda seriam as casas de Soeiro Mendes e Fernão Martim de Vasconcelos, indica que nesta

¹⁴ Moreira 1995: 310.

¹⁵ Vasconcellos 1785: 79 e 80.

¹⁶ Deswarte 1977: 186.

¹⁷ Tanto que nas representações paisagistas apareciam em correlação com os elementos naturais, enquanto partes do mesmo cenário. Portoghesi 1972: 12.

¹⁸ Foi o pintor italiano Giorgio Vasari quem aplicou a designação de *maniera moderna* às obras de arte tardo-medievais. Rodrigues 2007: 20.

primeira fase, como Rafael Moreira aferiu de modo pertinente, o interesse pela Antiguidade clássica não era um fator *per se*, estaria inserida num objetivo mais amplo, o de incluir a memória da antiguidade romana e dos primeiros anos do cristianismo nos antecedentes históricos da fundação do reino de Portugal, como demonstra o caso do frade dominicano eborense André de Resende (c. 1500-1573).

Mestre de príncipes reais, André de Resende era um humanista de formação cosmopolita (passou pelas universidades de Alcalá de Henares, Salamanca, Paris e Lovaina) interessado na arqueologia e epigrafia romanas, que estudou afincadamente¹⁹. Segundo o seu editor, Diogo Mendes de Vasconcelos,

Dedicou-se tão entusiasticamente a esta actividade, que todas as vezes que ia de viagem, muito embora partisse para lugares bem longe, tinha sempre o cuidado de levar dentro da bagagem uma enxada e outras ferramentas, para que, se lhe aparecessem nalgum sítio vestígios da antiguidade, os pudesse mandar escavar, pagando do seu próprio bolso e por sua iniciativa, para os dar a conhecer aos seus habitantes. Fez isto em muito lugares, com tanto cuidado e entusiasmo, que nunca se poupou, para levar a bom fim tal tarefa, nem a despesas, nem a trabalhos²⁰.

Em Évora, onde nasceu e passou a residir a partir de 1532, André de Resende, acompanhado por um grupo de serviçais, teria o costume de percorrer cidade e as suas circunvizinhanças em busca de fragmentos e vestígios arqueológicos que testemunhassem o passado romano da cidade²¹. Constituiu a sua própria coleção epigráfica e redigiu um inventário de inscrições romanas, intitulado *Antigua Epitaphia*, que terá ofertado ao cardeal-infante D. Afonso e que está hoje perdido. O conhecimento que tinha das inscrições antigas permitiu-lhe inovar no campo da literatura historiográfica portuguesa (dominada pela biografia e pela história eclesiástica) ao utilizá-las como fontes arqueológicas para a redação de uma das suas mais importantes obras, a *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, impressa pela primeira vez em 1553, embora seja bastante provável que estivesse escrita desde, pelo menos, 1548²².

¹⁹ Sobre a biografia de André de Resende ver Vasconcelos 1996, Tavares 1963: XI-XIII, Deswarte 1992: 149.

²⁰ Vasconcelos 1996: 55 e 56.

²¹ Tavares 1963: XIII-XV.

²² Deste ano data a menção que Gaspar Barreiros lhe faz na sua *Chorographia* (Coimbra, João Álvares, 1561, fl. 5): “Temos outro argumento, o qual é acharse nomeada à cidade de Beja por este nome Pacca, em hum summario de huma historia dos Godos que ó doctor mestre Andre de Resende (baram mui docto em todo o género de disciplinas, e gram investigador de cousas antigas) allega em hum tractado que fez da origem e antiguidade de Évora, sua patria, d’ onde nos ò tomamos”. Cit. Sousa 1998: 80. André de Resende ainda chega a introduzir algumas

Efetivamente, na *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, André de Resende focou a sua abordagem da história da cidade nos acontecimentos registados em fontes epigráficas inéditas, secundarizando os aspetos do passado de Évora já conhecidos através das crónicas dos reis e de outros registos documentais, como as cartas de privilégio ou os forais: “Até aqui me parece que basta escrever as antiguidades desta cidade. Bem sei que há outras cousas dignas de se saberem; mas essas ou estão em as crónicas dos reis ou em os privilégios e foral desta cidade. Por isso, me nom quis entremeter a contá-las”²³. Significa esta afirmação que com a *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, André de Resende também pretendeu demonstrar e valorizar a importância arqueológica dos registos epigráficos e, conseqüentemente, alertar as autoridades municipais para a necessidade de as preservar, considerando que foram estas a encomendar a obra?²⁴ O atual estado do conhecimento apenas nos permite colocar a hipótese de essa ter sido um intenção implícita da publicação da *História da Antiguidade da Cidade de Évora*. No entanto, a confirmar-se, permitira compreender melhor a possibilidade de André de Resende ter forjado alguns dos registos epigráficos que cita.

A primeira suspeita de falsificação surgiu ainda antes da publicação da *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, na década de 1530, feita pelo bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, que acusou André de Resende de forjar um “letreiro” que comemorava o empreendedorismo do general romano Quinto Sertório na construção da muralha e de um aqueduto em Évora²⁵: “Quinto Sertorio em louvor do seu nom e da campanha dos muy esforçados Eborenses, per seu ardimento na guerra Celtiberia, cercou e afortalezou a Cidade Municipio de soldados velhos, e aposentados, e fez trazer por níveis muita agoa colhida de varias fontes para proveito publico do dito Municipio”²⁶. Sustentava-se a denúncia do bispo de Viseu no facto do general aparecer com o nome da mãe e não com o do pai, como era costume entre os romanos. Para D. Miguel da Silva, segundo o veiculado por Diogo Mendes de Vasconcelos, André de Resende fora impelido a falsificar a inscrição pelo seu desejo de persuadir D. João III a construir um aqueduto em Évora, convencendo-o que, na prática, estava a reconstruir uma

alterações no corpo do texto para uma segunda edição, que sairá somente em 1576, ou seja, três anos depois da sua morte.

²³ Resende 1963: 58.

²⁴ Foi a Câmara de Évora a solicitar a redação da obra a André de Resende por querer que o erudito lhe comunicasse “o que do antigo desta cidade Évora, nossa pátria, tinha alcançado e dar-vo-lo per escrito, para o lançardes em tombo e memória”. Resende 1963: 9.

²⁵ Quinto Sertório foi um os protagonistas das guerras civis romanas que opuseram Gaio Mário a Cornélio Sula no século I a.C. André de Resende pretendia destacar o apoio que este general romano encontrou na Lusitânia e, em particular, na cidade de Évora, que recompensa escolhendo-a para sua residência e enobrecendo-a com a edificação de infraestruturas e monumentos públicos.

²⁶ Transcrição publicada em Deswarte 1989: 86, 87 e 210 (n. 305).

preexistência²⁷. Ora, tendo em conta que a contenda com D. Miguel da Silva terá decorrido nos anos de 1530, em virtude de André de Resende ter regressado a Portugal na primavera de 1533, da inauguração do Aqueduto da Água da Prata ter acontecido em 1537, altura em que a polémica terminou, deduzimos que o *letreiro* em causa foi intencionalmente não incluído entre os documentos epigráficos transcritos por André de Resende na *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, impresso em 1553. A sua não inclusão poderá significar que, apesar da ausência de D. Miguel da Silva do país, este permanecia um assunto sensível para Resende. De resto, devemos a Diogo Mendes de Vasconcelos o conhecimento desta placa comemorativa, integrada por ele no *Livro V do Município Eborense*, quando historia, em defesa do seu amigo Resende, a controvérsia despoletada pelo bispo de Viseu²⁸.

Mais recentemente, o epigrafista José d'Encarnação identificou outras possíveis falsificações, designadamente de duas placas que certificavam uma antiguidade de Évora que antecedia a resistência de Viriato à ocupação dos Romanos e a elevação da urbe alentejana à categoria de município romano: *Eu, Lúcio Sabino, que em campo de Évora, da província da Lusitânia, em guerra contra Viriato fui todo traspasado de multidão de lanças e armas, sendo em ombros dos soldados trazido assi ferido ao pretor Caio Pláucio, mandei que a minha custa me fosse feita esta sepultura, [...]*²⁹; e Évora, LIBERALIDADE JÚLIA per decreto dos decuriões, dedicou esta estátua a divo Júlio, por causa da *liberdade que ele usou com os munícipes deste município, no dia da qual dedicação as matronas levaram em dom à madre Vénus ua vestidura pomposa chamada cesto*³⁰. Nas inscrições em causa, José d'Encarnação detetou anacronismos e erros históricos, como a referência à província da Lusitânia, quando esta foi criada apenas com Octávio Augusto; desvios às regras epigráficas, como a introdução do nome do dedicante da pretensa estátua de homenagem a César no início da inscrição (Évora, LIBERALIDADE JÚLIA), quando devia vir no fim, assim como algumas das abreviaturas utilizadas; e o tom do discurso escrito, frequentemente redigido numa fraseologia claramente literária – o uso das expressões *pátria* e *liberdade*, extrínsecas ao vocabulário usual, ou da palavra *illius*, nitidamente renascentista e aplicada para dar a entender a elevação de Évora a município³¹. André de Resende chegou, inclusivamente, a reconstituir uma inscrição que havia sido

²⁷ A acusação de D. Miguel da Silva não tinha implícita uma oposição por parte do bispo à edificação do aqueduto em Évora. Pelo contrário, não só noticia a sua inauguração numa carta que envia a um seu amigo, Blosio Palladio, em Roma, a 27 de novembro de 1537, como lhe remete um poema que compôs para a ocasião, *De Aqua Argentea*. Seria a presumível acção de André de Resende que o incomodava. Deswarte 1989: 85 e 87.

²⁸ Deswarte 1989: 86, Vasconcelos 1785: 45 e 46.

²⁹ Resende 1963: 15.

³⁰ Resende 1963: 24 e 25.

³¹ Para uma análise mais detalhada ver Encarnação 1991: 197–199 e 207–211.

danificada no ato da sua descoberta, mandando picar a superfície recomposta (em volta do texto) para que parecesse autêntica³². Ou seja, André de Resende, detentor de uma vasta cultura epigráfica e histórica, criou ou recriou inscrições epigráficas com ornamentações que entendeu serem mais adequadas, grafias, abreviaturas, siglas e pontuação arcaicas, incluindo as circunstâncias e a localização da sua falsa descoberta³³. No entanto, esta não foi uma prática inédita na Europa. Conhece-se o caso de Giovanni Nanni di Annio da Viterbo em Itália, o mais célebre falsário da renascença, que escavou e descobriu pretensos vestígios arqueológicos que ele próprio tinha enterrado. No século XVIII, o pintor napolitano Bernardo De Dominici, ao escrever as biografias dos artistas naturais da sua cidade, as *Vite dei pittori scultori e architetti napoletani non mai date aula luce da autora alcuno* (publicadas em três volumes de 1741 a 1743), tendo verificado que o seu número era insuficiente para prestigiar Nápoles, inventou uma série deles³⁴. De ressaltar, contudo, a opinião de Alice Maria Canto que, baseando-se no estado íntegro de algumas epígrafes que autores dos séculos anteriores afirmam ter visto em muito mau estado, depreende que se deve ter passado o mesmo em Évora que em Antequera (Málaga), onde foram feitas cópias modernas das inscrições antigas danificadas ou deterioradas com o objetivo de conservar a sua memória e não de falsificá-las³⁵.

Privilegiando a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* as fontes materiais, surpreende que os vestígios do templo romano de Évora sejam apenas brevemente mencionados por André de Resende, que o identifica como sendo um pórtico: “pórtico em o mais alto da cidade”³⁶. O equívoco dever-se-á às alterações que o edifício sofreu ao longo do tempo, nomeadamente com a sua adaptação a açougue municipal, em data incerta entre os séculos XIII e XIV, que lhe conferiu a aparência de uma torre com ameias, e a imposição de um campanário na cobertura em 1500, por iniciativa do rei D. Manuel I e do vereador Mendes Cicioso, intervenção que provocou danos graves na arquitrave e a destruição do friso³⁷

³² André de Resende refere-se a uma inscrição achada pelos pedreiros que estavam a construir os fundamentos da Igreja da Graça, que ele só conseguiu salvar parcialmente: “[...]; e, quando eu acudi, tinham já os pedreiros um pedaço dela quebrado e posto na obra, sem o resguardar, de modo que o não pude haver”. Atualmente, permanece reconstituída e pertence ao espólio do Museu de Évora. Resende 1963: 30, Encarnação 1991: 199.

³³ Fê-lo a partir de um abundante *corpus* de pedras (cipos, aras, ámulas) descobertas em Barcelona e Tarragona, onde ele esteve e copiou inúmeras epígrafes, que terão sido incluídas no seu *Antigua Epitaphia*. Encarnação 1991: 210 e 215.

³⁴ Giovanni Nanni di Annio foi também autor de muitos textos antigos apócrifos. Schnapp 1993: 432 e 433; Bazin 1989: 64 e 478.

³⁵ Canto 2004: 313.

³⁶ Resende 1963: 18.

³⁷ O templo terá sido cristianizado durante a época visigótica, pois foi encontrado um cimácio de mármore desse período a 10 metros do alçado norte. Sarantopoulos 1998: 34-36 e 41. Segundo o *Livro dos Herdamentos do Cabido* de 1321, o primeiro inventário conhecido dos

romanos. É com esta aparência que o templo é representado na panorâmica da cidade iluminada que abre o manuscrito do foral de Évora de 1501³⁸. A pouca atenção que então mereceu da parte do texto de André de Resende explicar-se-á porque este se inscreve numa literatura de natureza historiográfica, corográfica e panegírica que, a partir do século XVI, começa a cotejar e a fixar narrativamente o passado das cidades em obras que se tornaram nos instrumentos mais eficazes da afirmação da sua identidade e do seu prestígio históricos. Fizeram-no a pretexto de um melhor conhecimento do espaço urbano e da sua história ou de propostas de remodelação e monumentalização das cidades, com vista a uma dignificação compatível com a antiguidade e o prestígio que se lhes reconhecia. Dentro deste género literário, a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* pode ser considerado o tipo de escrito que, segundo uma classificação avançada por Françoise Choay, faz das edificações humanas um assunto a comentar, são comentadores. O que não significa que deixem, por isso, de participar “na elaboração do mundo edificado”, de ter o “poder de modelar a percepção do espaço e de deslocar e ocultar o seu sentido”, de exercer “uma acção incitadora”³⁹. Daí a relativa desatenção de André de Resende para com o construído, confinando-o a breves referências ao pórtico romano, como designa o templo, às muralhas, ao aqueduto e à catedral, elementos suplementares de comprovação dos factos do pretérito de Évora, suplementares à epigrafia, o seu documento histórico por excelência. Porque é a cidade enquanto realidade existente, entidade que se foi formando no decorrer do tempo e é desse suceder testemunho, mais do que a cidade enquanto possibilidade de construir, que lhe interessa. Embora o tratado de André de Resende não aja diretamente sobre o espaço construído de Évora, não fomenta a construção de espaços novos, confere substância ao edificado existente⁴⁰. Aqui reside o seu principal significado e relevância, o prestígio que a condição de urbe antiga poderia conferir a Évora: “E certo lá tem a antiguidade ua sua graça e majestade, per que de todos se faz ter em reverência. Donde vem que os povos tanto se hão por de maior dignidade quanto se podem mostrar por de mais longa antiguidade, [...]”⁴¹.

bens da Sé, esta instituição possuiria uma “adega da Neve” no açougue e cinco tendas de aluguer junto a essa adega. A referência às cinco tendas sugere a vocação comercial do açougue. Beirante 1995: 60-62.

³⁸ Em 1600, na *Crónica de El Rei D. Afonso Henriques*, que integra a primeira parte das *Crónicas dos Reis de Portugal* (1600), Duarte Nunes do Leão (c.1528/1530-1608) designa-o de *portico dos açougues*. Leão 1975: 82 e 83.

³⁹ Choay 2007: 25. Françoise Choay começa este seu ensaio por dividir os escritos que abordam o espaço construído e da cidade em duas categorias: os realizadores, aqueles que encaram o estabelecimento humano como um projeto a realizarem e contribuem para a produção do mundo construído, para a edificação de espaços novos, e os comentadores. O *De re aedificatoria* de Alberti pertence à primeira categoria.

⁴⁰ Choay 2007: 20 e 21.

⁴¹ Resende 1963: 8.

Apesar das possíveis falsificações e da pouca atenção que merece o templo romano, parece-nos evidente que até à publicação da *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, a compreensão de que o construído era passível de ser fonte de conhecimento histórico não passa de uma dedução feita a partir do registo de determinadas ações, como a de valorizar e preservar os elementos retirados do açougue / templo romano. Ao eleger os vestígios materiais do passado romano como meios privilegiados da demonstração da antiguidade da cidade alentejana, André de Resende demonstra a necessidade e a relevância da sua preservação, inscrevendo-se assim na genealogia das ações que antecederam e levaram ao estabelecimento de uma consciência patrimonial em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- Choay, F. (2000), *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70.
- Choay, F. (2007), *A Regra e o Modelo. Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- Babelon, J.-P., Chastel, A. (1994), *La Notion de Patrimoine*, s.l., Liana Levi.
- Bazin, G. (1989), *História da História da Arte*, São Paulo, Martins Fontes.
- Beirante, M. A. R. (1995), *Évora na Idade Média*. s.l., Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Canto, A. M. (2004), “Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726” in *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7.2: 265-364.
- Deswarte, S. (1992), *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos. Francisco de Holanda e a Teoria da Arte*, Lisboa, Difel.
- Deswarte, S. (1989), *Il “Perfeito Cortegiano”*. D. Miguel da Silva, Roma, Bulzoni Editore.
- Deswarte, S. (1977), *Les Enluminures de la Leitura Nova 1504 – 1552. Etude sur la Culture Artistique au Portugal au Temps de l’Humanisme*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Encarnação, J. d’ (1991), “Da Invenção de Inscrições Romanas pelo Humanista André de Resende” in *Biblos. Revista da Faculdade de Letras* 67: 193-221.
- Ferreira, C. A. (2002), “Comentários a Damião de Góis, Olisipógrafo e Cronista” in *Damião de Góis e o seu Tempo (1502-1574)*. *Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa de História.
- Gomes, S. A. (2005), *D. Afonso V. Casais de Mem Martins*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.
- Karmon, D. E. (2001), *The Ruin of the Eternal City: Antiquity and Preservation in Renaissance Rome*, Oxford, Oxford University Press.
- Leão, D. N. do (1975), “Chronica Del Rei Dom Afonso Henriquez” in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmãos.
- Liz Guiral, J. (1988), *El Puente de Alcantara: Arqueologia e História*, Madrid, Fundacion San Benito de Alcantara, Biblioteca CEHOPU – Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo.
- Moreira, R. de F. D. (1991), *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. 1 (Tese de doutoramento em História da Arte).
- Moreira, R. (1995), “Arquitectura: Renascimento e Classicismo” in *História da Arte Portuguesa*. vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 302-375.

- Moreira, R. (1995), “D. João de Castro e Vitruvius” in *As Tapeçarias de D. João de Castro*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Museu Nacional da Arte Antiga, Instituto Português de Museus, 51-56.
- Pereira, G. (s.d.), *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Portoghesi, P. (1972), *Rome of the Renaissance*, London, Phaidon.
- Resende, A. de (1963), “História da Antiguidade da Cidade de Évora” in *Obras Portuguesas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1-69.
- Rodrigues, P. S. (2007), “Da História da Conservação e do Restauro: Das Origens ao Portugal Oitocentista” in Silva, Rui Ferreira da, Nazaré Escobar e Alexandre Pais (org.), *40 Anos do Instituto José Figueiredo*, Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro, 17-38.
- Sarantopoulos, P. (1998), *O Templo e as termas: dois edifícios da Évora Romana. Contributos para uma recuperação e valorização integrada*, Évora, Universidade de Évora (Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico).
- Soares, N. de N. C. (1994), “A História Antiga no Humanismo Renascentista Português” in *II Congresso Peninsular de História Antiga. Actas*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, Instituto de Arqueologia, 280-305
- Schnapp, A. (1993), *La Conquête du Passé. Aux origines de l'archéologie*, Paris, Éditions Carré.
- Soromenho, M., Silva, N. V. (1993), “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos” in *Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Galeria de Pintura D. Luís.
- Sousa, I. C. de (1998), “Duas vidas e um pequeno livro que André de Resende ofereceu à sua cidade de Évora” in *Do Mundo Antigo aos Mundos Novos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimientos em Évora (1516-1624)*. Évora, Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, Câmara Municipal de Évora.
- Tavares, J. F. (1963), “Prefácio” in Resende, A. de, *Obras Portuguesas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- Vasconcellos, D. M. de, “Livro V do Município Eborense. Évora: Martim de Burgos, 1593”, in Farinha, B. J. de S. (1785), *Colleçam das Antiguidades de Évora Escriptas por Andre de Resende, Diogo Mendes de Vasconcellos, Gaspar Estaco, Fr. Bernardo de Brito e Manoel Severim de Faria*. Lisboa, Officina de Filipe da Silva e Azevedo.

Évora, André de Resende e os Antecedentes Humanistas do Património em Portugal...

Vasconcelos, D. M. de (1996), “Vida de Lúcio André de Resende” in Resende, A. de, *As Antiguidades da Lusitânia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Viterbo, S. (s.d.), *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. 1., s.l., Imprensa Nacional – Casa da Moeda.